



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

PAUTA

252ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

14 de julho

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SDH

1. Abertura, informes e aprovação da pauta da 252ª;

A vice-presidente do CONANDA, Ana Lúcia Starling, abriu a 252ª Assembleia Ordinária do Conselho, justificando a ausência do Presidente do Conselho, Fabio Paes, naquela reunião. A vice-presidente informou também que a Secretaria Executiva do Conselho encaminhou ofício aos Ministérios membros do Conselho que estão sem representante. Em seguida apresentou a pauta da Assembleia para aprovação. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que a Mesa Diretora do Conselho, em sua última reunião, chamou a atenção para a necessidade de se iniciar o processo de eleição do Conanda e solicitou a inclusão deste ponto de pauta na Assembleia. A vice-presidente, Ana Lúcia Starling, iniciou os informes da reunião apresentando os conselheiros novos do Conanda e passando a palavra para aqueles que quisessem se despedir ou apresentar-se. O conselheiro Djalma Costa, representante da ANCED no Conanda, tomou a palavra dizendo que é de conhecimento de todos o seu não reconhecimento do atual governo, considerando-o ilegítimo e golpista. Assim, avaliou que para ele não há condições de permanecer nesse espaço de representação, no âmbito do Governo Federal, mesmo reconhecendo a importância e o lugar do Conanda enquanto órgão de Estado, não enxerga condições de sentar a mesa e negociar com o Governo. Nesse sentido, segundo o conselheiro, provocou a sua entidade para debate em que a sua proposta era a de que a sua entidade entregasse o seu posto no Conanda e em outros espaços de representação no Governo Federal. Contudo, a Rede debateu e não chegou a um acordo sobre a proposta e está sem decisão ainda. Nesse sentido, o conselheiro informou que solicitou o seu afastamento e substituição do Conanda, o que não significa que esteja saindo da luta pelos direitos da criança e do adolescente, mas o enfrentamento continuará sendo feito em outros espaços. A ANCED indicou o Romero Silva, seu coordenador, que se apresentará. Por fim, o conselheiro informou que continuará parceiro do Conselho em suas lutas na rua e em outros espaços e agradeceu a equipe da Secretaria Executiva do Conanda que o acompanhou em suas agendas e atividades dentro do Conselho. Em seguida, o conselheiro Romero Silva, ANCED, se apresentou ao plenário conselho informando que é membro do colegiado da ANCED...

a sua representação

apresentou a proposta de nota de pesar sobre o falecimento, no dia anterior, da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e ex-presidente do Conanda, Angelica Goulart.

Encaminhamentos:

- Inclusão na pauta (14 de julho, às 17h) sobre o início do processo de eleição das organizações da sociedade civil do Conanda;
- Aprovação da Nota de Pesar pelo falecimento de Angélica Goulart.
- Questionar o Secretário Nilmário Miranda/Governador sobre a nomeação dos conselheiros da sociedade civil do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de MG;
- Aprovado o acréscimo de 2,1 milhões para o prodoc de cooperação internacional. Os 2,1 milhões ficariam para o Plano de Aplicação de 2017. Aprovado por aclamação.
- Resolução SIPPIA: a conselheira Magaly fez pedido de vistas sobre a proposta de resolução. O parecer será encaminhado via e-mail a todos os conselheiros. A minuta de resolução será encaminhada por e-mail para que todos possam analisar e encaminhar sugestões.

2. Relato das Comissões;

- CPP

A coordenadora da Comissão, Jimena Djaura, iniciou o relato da CPP. Informou que teve agenda com o conselheiro do CONANDA e ficou definido de se fazer um estudo sobre a Lei brasileira e construir uma agenda com o CONANDA sobre o tema das crianças com deficiência. O segundo tema debatido na Comissão foi sobre a proposta de resolução da AMSK, diante de uma moção de apoio da conferência, sobre comunidades e povos tradicionais. Hoje a comissão teve a escuta do professor Assis sobre a minuta que em seu conteúdo propõe também a substituição da resolução anterior do Conanda sobre crianças indígenas.

- Relato da CDHAP;

A conselheira Heloísa Oliveira lembrou que a CDHAP ainda está desativada e por esse motivo não se reuniu esse mês. Contudo, acha pertinente fazer um informe sobre o processo de tramitação da pauta da redução da idade penal. Informou que a PEC 171 aprovada no ano passado na Câmara após manobra do então presidente da Casa, Eduardo Cunha, seguiu para o Senado ganhando o número de PL 115/2015. Ela foi anexada a outras propostas que já existiam como, por exemplo, à PEC 33, do Senador Aluísio Nunes, que trata da redução da idade penal à critério do sistema de justiça. A maioria dos operadores do sistema de justiça a

consideram até mais perigosa do que a própria redução da idade penal. Assim, a PEC 33 foi desarquivada e anexada a esse bloco. O Senador Ricardo Ferraço, que foi relator da PEC 33, pediu a relatoria do processo em que conclui pedindo a aprovação da PEC 33 e recusando as outras. No início de junho, em uma das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, onde compareceram várias organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conseguimos que a Comissão aprovasse dois requerimentos solicitando a realização de audiências públicas. Nesse intervalo de tempo não houve a convocação de nenhuma audiência pública sobre a matéria e ela entrou novamente na pauta da última reunião da CCJ, que não foi apreciada porque a Comissão estava com uma pauta pesa e prioritária sobre matérias. Assim, agora estamos no recesso parlamentar e com iminência de apreciação na Comissão. Nesse sentido, a conselheira propôs ao Plenário que o Conanda converse com os autores do requerimento para que as audiências públicas sejam garantidas e realizadas. A conselheira informou também acredita que proposta de aumento do tempo de internação poderá ser resgatada dentro da Câmara dos Deputados no segundo semestre, tendo em vista que a comissão especial criada está pronta com todas as indicações e falta apenas ser instalada. Nesse sentido, a conselheira avaliou que embora esses dois processos, tanto da Câmara como do Senado, tendem a ser encaminhados, pois embora o segundo semestre seja um período de eleições municipais, esse tendo a ser também um período de pautas legislativas pessoais, segundo a conselheira.

CMF:

O conselheiro Vitor iniciou o relato da Comissão de Mobilização e Formação. Informou que a Comissão de Orçamento e Finanças se reuniu junto com a CMF devido a pauta sobre os recursos destinados ao projeto de cooperação internacional que têm como objetivo executar os projetos aprovados pelo Conanda em relação ao Plano de Comunicação e ações de mobilização.

Relato da participação do CONADE

17h: GT/Comissão para elaborar minuta de edital/resolução para eleição da sociedade civil do CONANDA.

3 conselheiros da sociedade civil:

Indicações: 15-07

- Nota pública sobre o PL “escola sem partido”: fazer as sugestões por e-mail para ser apreciado na próxima Assembleia;

Encaminhamento:

Questionar ao Nilmário sobre a nomeação dos integrantes da sociedade civil do Conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente de Minas Gerais

15 de julho

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SDH

09h00 – 12h00: Discussão sobre o PL 3792/2015 (escuta protegida);

- Acréscimo de 2,1 milhões para o prodoc. Os 2,1 milhões ficariam para o Plano de Aplicação de 2017. Aprovado por aclamação.
- Resolução SIPPIA: conselheira Magaly mantém pedido de vista sobre a resolução. Encaminhar parecer por e-mail.
- Encaminhamento da matéria para a CPP, do PL atual e do substitutivo com o objetivo de elaboração de nota técnica;
- Encaminhar ofício a deputada Maria do Rosário sobre o interesse do Conanda em participar do debate, iniciativa de audiências públicas, e proposta de ampliação do PL para que disponha sobre o SGD.
- Contato com Maria do Rosário
- Incidência política do Conanda junto aos deputados sobre o PL.

14h00 – 18h00: Avaliação da Conferência:

- Apresentação da metodologia de avaliação pela Comissão Organizadora;
- Avaliação das propostas aprovadas na 10ª CNDCA.

*Análise dos PL sobre CT: CPP e CDHAP